



Duas Barras, RJ 05 de Agosto de 2025.

Mensagem nº 24 /2.025.

Exmº Sr.

Vereador DANNYEL FERNANDES COSTA TOSTES

DD. Presidente da Câmara Mun. de Duas Barras.

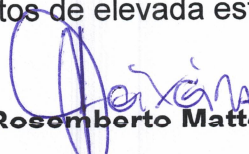
Sr. Presidente,,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de apreciação e deliberação por essa Egrégia Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que "Institui a Central de Conciliação do Contribuinte e dá outras providências", cuja iniciativa se insere nos esforços da Administração Pública em modernizar os procedimentos de recuperação de créditos municipais, aprimorando os mecanismos de conciliação e promovendo maior eficiência arrecadatória.

A proposta visa à criação de uma Central específica, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda, com apoio da Procuradoria Geral do Município, com a finalidade de promover a mediação administrativa de débitos tributários e não tributários, com possibilidade de protesto extrajudicial e concessão de condições especiais de pagamento.

Entendemos que a medida contribuirá significativamente para o fortalecimento das finanças públicas municipais e para a pacificação das relações entre Fisco e contribuinte.

Certo da costumeira atenção de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores, renovamos protestos de elevada estima e consideração.


Armando Rosomberto Mattos Teixeira
Prefeito



Projeto de LEI MUNICIPAL Nº _____/2025

***Institui a Central de Conciliação do
Contribuinte e dá outras providências.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE DUAS BARRAS, no uso de suas atribuições legais e Constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal de Duas Barras, por seus representantes legais aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º Fica instituída a Central de Conciliação do Contribuinte, departamento vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, a qual contará com o apoio da Procuradoria do Município, com objetivo de realizar a mediação e satisfação administrativa dos créditos municipais, tributários e não tributários, inscritos ou não em dívida ativa.

§ 1º A gestão e a coordenação da Central de Conciliação do Contribuinte serão realizadas de forma conjunta entre a Secretaria Municipal de Fazenda e a Procuradoria-Geral do Município.

§ 2º A Central de Conciliação do Contribuinte deverá ser constituída preferencialmente, por servidores públicos concursados e efetivos dos órgãos mencionados no *caput*.

Art. 2º A busca dos créditos integrantes da dívida ativa do Município observará, preferencialmente, o seguinte procedimento:

I – Após esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular o crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, ocorrerá, a sua inscrição em dívida ativa;

II – após a inscrição do crédito em dívida ativa, o contribuinte será notificado para realizar a quitação do débito, o que será procedido mediante a realização de conciliação pré-processual;

III – transcorrida a fase descrita no inciso II deste artigo, sem o devido pagamento, parcelamento ou justificativa legal, a certidão de dívida ativa representativa do crédito poderá ser levada a protesto cartorário, nos termos da legislação de regência; e

IV – inexitosas as etapas anteriores, será ajuizada a correspondente execução fiscal.

Parágrafo único. O procedimento de que trata este artigo não vincula a autoridade administrativa, tampouco invalida quaisquer atos caso modificados e/ou suprimidas etapas para satisfação do crédito municipal.



Art. 3º Os créditos inscritos em dívida ativa, objeto de negociação para pagamento à vista, sofrerão redução de 40% (quarenta por cento) da multa de mora e dos juros legais, com vencimento em até 10 (dez) dias após a emissão da respectiva guia pelo Poder Executivo Municipal.

§ 1º O contribuinte interessado na conciliação poderá se fazer representar por terceira pessoa, devidamente munido de instrumento de mandato (procuração) com poderes especiais para confessar os débitos e renunciar honorários sucumbenciais e direitos a reclamações sobre os mesmos, caso o requerimento seja feito por procurador, na forma do modelo apresentado no Anexo II.

§ 2º Caso o requerente seja legítimo possuidor do imóvel cujo débito pretende seja conciliado, não possuindo o título de propriedade com o RGI ou averbação do mesmo em seu nome, deverá preencher a Declaração de Posse apresentada no Anexo III, ratificando-a com reconhecimento de firma por autenticidade/semelhança procedida em Cartório.

Art. 4º Antes de iniciar a cobrança administrativa, a Central de Conciliação do Contribuinte deverá verificar se da Certidão de Dívida Ativa consta os seguintes requisitos:

- I – a inscrição fiscal do contribuinte, caso possua;
- II – o nome do devedor, dos corresponsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;
- III – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;
- IV – a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;
- V – a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;
- VI – a data e o número da inscrição, no Registro de Dívida Ativa; e
- VII – o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida, em sendo o caso.

§ 1º Na ausência de qualquer requisito, a CDA deverá ser encaminhada para o setor competente para sua correção e/ou revisão.

§ 2º Na oportunidade da verificação dos dados constantes nas CDAs, bem como quando dos atendimentos, a Central de Conciliação deverá reunir as documentações correlatas a cada contribuinte, procedendo a análise junto ao cadastro municipal e promovendo sua atualização, por si, ou por intermédio do setor de revisão e lançamento, sempre que identificadas quaisquer inconsistências.



Art. 5º Os parcelamentos de Dívida Ativa serão limitados a 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, vencíveis conforme o termo de parcelamento e confissão de dívida a ser lavrado na repartição própria, devendo ser requerido pelo contribuinte ou corresponsável.

§ 1º No caso de parcelamentos que ultrapassem o exercício de assinatura do termo, a correção monetária será cobrada ao final do parcelamento, devendo ser utilizada como base o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

§ 2º O valor da guia referente à correção monetária não pode ultrapassar o valor definido nas guias do acordo, devendo ser parcelado em quantas vezes forem necessárias para atingir esse valor.

§ 3º No caso de débito já protestado, as parcelas mensais ficam limitadas a 06 (seis).

Art. 6º O não recolhimento de três parcelas, sucessivas ou alternadas, referidas no artigo 5º, importará no cancelamento do parcelamento concedido, vencendo o débito em uma única parcela, acrescido das cominações legais.

Art. 7º No caso de inadimplência do parcelamento, com o consequente cancelamento do benefício de que trata o artigo 3º, o contribuinte somente poderá efetuar novo parcelamento daqueles créditos mediante pagamento antecipado de 30% do montante total atualizado.

Art. 8º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a protestar extrajudicialmente, independentemente de seu valor e sem prévio depósito de emolumentos, custas ou quaisquer despesas para o Município, na forma e para os fins previstos na Lei Federal nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e Lei Federal nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, as Certidões de Dívida Ativa dos Créditos Tributários e Não Tributários.

§ 1º Os efeitos do Protesto alcançarão os responsáveis tributários, nos termos dos arts. 134 e 135, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional e, no que couber, o Código Tributário Municipal.

§ 2º O Protesto a que alude o caput deste artigo alcançará apenas os contribuintes ou devedores que estejam devidamente identificados e inequívoca e previamente notificados.

§ 3º A Certidão de Dívida Ativa encaminhada a protesto deverá conter, além dos requisitos obrigatórios previstos da Lei nº 6.830/1980 – Lei de Execução Fiscal, os seguintes dados:

I. Número de inscrição no CPF ou CNPJ; e

II. Endereço completo.



§ 4º Poderão ser protestados débitos regularmente inscritos na Dívida Ativa, inclusive aqueles que já estejam sendo objeto de Execução Fiscal.

Art. 9º Para fins desta Lei poderá o Município de Duas Barras celebrar convênio com entidades públicas e privadas para divulgação das informações previstas no inciso II, do § 3º, do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional (CTN), bem como para permuta de informações, na forma do art. 199, do mesmo diploma.

Art. 10. Possíveis Convênios a serem firmados com os Cartórios de Protestos locais regularão os procedimentos atinentes à remessa e retirada dos títulos, sendo certo que os respectivos valores de emolumentos e despesas legais são padronizados pela Corregedoria Geral de Justiça.

Parágrafo único. A apresentação a Protesto deverá ser realizada por meio eletrônico, preferencialmente.

Art. 11. As parcelas inadimplentes de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica relativa à parcela não paga.

Parágrafo único. Os Títulos parcialmente quitados poderão ser levados a protesto em decorrência de eventual saldo remanescente devido.

Art. 12. As Certidões de Dívida Ativa, cuja cobrança já tenha sido ajuizada, poderão igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 13. O Cartório de Tabelionato fornecerá ao Município de Duas Barras, quando solicitados, Certidão em forma de relação dos protestos existentes, daqueles retirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informações reservadas, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo único. A Certidão, na forma de relação, será fornecida sem nenhum ônus para o Município de Duas Barras, sendo o Cartório de Tabelionato responsável pelas informações que dela constarem.

Art. 14. O Município de Duas Barras, anualmente, prestará informações sobre Protestos Cancelados, conforme dispõe o artigo 29, §1º, da Lei 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Art. 15. Fica autorizada a inscrição das dívidas protestadas em cadastros de proteção ao crédito, incumbindo ao contribuinte, assim que apresentar a quitação ou o cancelamento do débito, promover a exclusão de seu nome do referido cadastro, perante o competente Cartório de Tabelionato de Notas e Protestos.

Parágrafo único. Somente ocorrerá o cancelamento do Protesto após o pagamento total da dívida ou o seu parcelamento.



Art. 16. Os procedimentos de Protesto e inserção em Cadastros de Proteção ao Crédito serão oportunamente regulamentados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. Os pagamentos dos valores previstos nas Tabelas de Emolumentos, devidos em razão do protesto das Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, correrão por conta única e exclusiva dos contribuintes inadimplentes ou seus responsáveis, que os farão diretamente no Cartório de Tabelionato de Notas competente, no momento da comprovação da quitação do débito pelo devedor ou responsável, ou por ocasião do cancelamento do protesto, sendo devido também, neste último caso, pelos contribuintes.

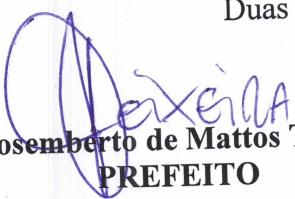
Art. 18. O Poder Executivo Municipal e o respectivo Cartório de Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos poderão firmar convênios dispondo sobre as condições para a realização dos Protestos de Certidões de Dívida Ativa expedidas pela Fazenda Pública Municipal, regulando a remessa e retiradas dos títulos, bem como dos respectivos valores, observando o disposto da legislação federal e estadual.

Art. 19. Considera-se Praça de Pagamento para fins de protesto, para todo e qualquer débito oriundo da Dívida Ativa do Município de Duas Barras, o próprio Município de Duas Barras.

Art. 20. A teor do que disciplina a legislação pertinente, a competente Planilha de Impacto Orçamentário segue representada no Anexo I.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Duas Barras, 05 de agosto de 2025.


Armando Rosembergto de Mattos Teixeira
PREFEITO



P R E F E I T U R A
DUAS BARRAS
O FUTURO COMEÇOU

Gabinete

Duas Barras, RJ 07 de Agosto de 2025.

Ofício GAB nº 220/2.025.

Ao Exmo. Senhor **DANNYEL FERNANDES COSTA TOSTES**

DD - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Duas Barras-RJ.

Ref: Projeto de lei enviado através da Mensagem nº 24/2025.

Exmo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente., tenho a elevada hora de através do presente, encaminhar a essa Egrégia Casa Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, em apenso documentos complementares ao projeto de lei que visa **“Institui a Central de Conciliação do Contribuinte e dá outras providências”**, em especial o anexo I - Estimativa de Impacto e, os Anexo II e Anexo III de que são mencionados no alusivo projeto.

Antecipadamente apresento elevada estima e distinta consideração, colocamo-nos desde já a inteira disposição para os esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

De ordem

ARMANDO ROSEMBERTO MATTOS TEIXEIRA

Prefeito





AUTORIA: PODER EXECUTIVO –

ANEXO I – ESTIMATIVA DE IMPACTO

IMPACTO FINANCEIRO DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE CRÉDITOS COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

.I.

Introdução

Este relatório apresenta uma estimativa do impacto financeiro decorrente da implementação do Programa de Regularização de Créditos com a Fazenda Pública Municipal, considerando os créditos inscritos em dívida ativa e os benefícios concedidos para a quitação dos débitos.

.II.

Premissas do Programa

Débitos passíveis de regularização: IPTU, ISS, taxas e contribuições diversas.

Período de abrangência: Débitos vencidos até 31/12/2024.

Modalidades de pagamento:

À vista com desconto de até 40 % sobre juros e multas;

Parcelamento em até 36 meses, com descontos regressivos;

Percentual de inadimplência estimada em 38%.

.III.

Base de Cálculo

Valor estimado da dívida ativa: R\$ 5.000.000,00

Estimativa de adesão ao programa:

Pagamento à vista: 38% da dívida ativa elegível

Parcelamento: 62% da dívida ativa elegível

.IV.

Projeção de Arrecadação

Receita estimada com pagamentos à vista: R\$ 2.635.259,00



Receita estimada com parcelamentos: R\$ 2.047.103,6

Total previsto de arrecadação: R\$ 4.682.362,60

.V.

Impacto no Orçamento Municipal

Comparação com receitas correntes do município

Possível compensação de perdas com renúncia fiscal

Impacto na execução orçamentária para os próximos exercícios financeiros

.VI.

Considerações Finais

Com base nas premissas adotadas, o programa de regularização de créditos tem o potencial de gerar um aumento significativo na arrecadação municipal, permitindo a ampliação da capacidade de investimento e o fortalecimento do equilíbrio fiscal.

Victor Abib Thurler
Mat. 1.325
Secretário Mun. de Controle Interno



ANEXO II
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____,
ocupação _____, portador do
documento de identidade nº _____ -
órgão emissor _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____
_____, residente e domiciliado à

_____,
bairro _____ CEP _____, cidade
de _____ / _____.

OUTORGADO:

_____, ocupação _____, portador do
documento de identidade nº _____ -
órgão emissor _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____
_____, residente e domiciliado à

_____,
bairro _____ CEP _____, cidade de
_____ / _____.

PODERES: Amplos e gerais da cláusula "*ad judicium et extra*" para o fim de, defender os direitos do Outorgante no foro em geral, instância ou tribunal do país e ainda o de dar e receber quitação e transacionar em Juízo ou fora dele, no que concerne ao objeto e campo de atuação deste mandato; assinar quaisquer termos e confissões de dívidas judiciais ou administrativos; acordar; transigir; conciliar; discordar; aditar; rerratificar; nomear assistente técnico; firmar compromissos; impugnar contas e cálculos; propor medidas cautelares; impetrar mandados de segurança; exercer ações, execuções, reconvenções e exceções, delas desistindo no todo ou em parte; dar cumprimento a



precatórias; figurar como beneficiário em mandados de pagamentos judiciais ou ressarcimentos administrativos; receber intimações; apelar; agravar; arguir relevância de questões no âmbito de repartições públicas federais, estaduais e municipais e suas respectivas autarquias, apresentando defesas e recursos em processos administrativos, deles podendo renunciar e requerer a desistência no prosseguimento; substabelecer o presente mandato com ou sem reservas de iguais poderes, inclusive e especialmente para confessar débitos perante o Poder Executivo Municipal e renunciar o recebimento de quaisquer verbas decorrentes de ressarcimentos, indenizatórias ou sucumbenciais, bem como direitos à reclamações, recursos ou impugnações presentes e futuras acerca dos débitos reconhecidos e confessados.

Duas Barras/RJ, _____ de _____ de 20____.

OUTORGANTE
(Reconhecer firma)



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEL

Eu,

_____, ocupação _____,
portador do documento de identidade nº _____
- órgão emissor _____,
inscrito no CPF/MF sob o nº _____,
residente e domiciliado à _____

_____, nº _____, bairro _____
CEP _____, município de _____
_____/_____, POSSUIDOR do imóvel situado à Rua _____

_____, nº _____, complemento _____,
bairro _____, medindo _____ m²,
localizado no Município de Duas Barras/RJ, DECLARO para os devidos
fins e efeitos legais perante a Secretaria Municipal de Fazenda, que
detenho a posse contínua, mansa e pacífica nos termos da legislação
vigente, há cerca de _____ anos.

DECLARO ainda sob as penas da lei que:

- a) Não existem ações reivindicatórias de propriedade, em relação a essa edificação;
- b) Tenho ciência que o recolhimento de quaisquer tributos aos cofres públicos municipais não possui o condão de reconhecer ou transferir de qualquer modo a titularidade do respectivo imóvel; e
- c) Isento o Município de Duas Barras, RJ de todas e quaisquer responsabilidades civis e criminais decorrentes do requerimento conciliação do crédito municipal.



Assim sendo, firmo a presente DECLARAÇÃO, que segue ratificada pelas seguintes testemunhas.

Duas Barras/RJ, _____, de _____, de 202__.

Assinatura do declarante
(reconhecer firma)

TESTEMUNHAS

Ass.

Nome: _____

CPF: _____

Ass.

Nome: _____

CPF: _____
